

S
UFRJ/IEI
TD325
043131-1

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Espelho, espanhol de FHC

Nº 325

José Luis Fiori

**Instituto de Economia Industrial
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia Industrial**

Espelho, espanhol de FHC

Nº 325

José Luís Fiori



43 - 016795

Março de 1995

<i>Diretor</i>	José Ricardo Tauile
<i>Coordenador de Ensino</i>	Carlos Aguiar de Medeiros
<i>Coordenador de Pesquisa</i>	João Luiz Maurity Saboia
<i>Coordenador de Publicações</i>	David Kupfer
<i>Supervisão</i>	Gláucia Aguiar
<i>Projeto Gráfico</i>	Ana Cecília Bedran Gláucia Aguiar Jorge Amaro
<i>Editoração Eletrônica</i>	Ana Lucia Ribeiro Jorge Amaro
<i>Impressão</i>	Célio de Almeida Mentor Luiz Jorge de Araújo Góes Olávio da Silva Inácio

Ficha Catalográfica

FIORI, Jose Luís.

Espeho, espanhol de FHC. / Jose Luís Fiori. -- Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1995.

17p.; 21 cm. -- (Texto para Discussão. IEI/UFRJ; 325)

"Os dados socio-econômicos contidos no artigo, foram reunidos por Lucas Gnassi".

1. CARDOSO, Fernando Henrique. 2. Gonzáles Márquez, Felipe. 3. Espanha-Política Econômica. I. Título. II. Série

FEA - UFRJ
BIBLIOTECA
Data: 21 10 1995
N.º Registro: 043131-1

MS 97491

S
UFRJ/IEI
TD 325

ESPELHO, ESPANHOL DE FHC

JOSÉ LUÍS FIORI

“Gostaria que os adeptos de FHC, da nova ordem internacional, do consenso de Washington, da qualidade total, que alguém, enfim, explicasse onde está o admirável mundo novo que eles anunciam.”

Otávio Frias Filho /FSP, agosto 1994

1. A tão falada vaidade de Fernando Henrique Cardoso pelo menos nunca o impediu de reconhecer em Felipe Gonzales - há doze anos presidente do governo de Espanha- seu verdadeiro alter-ego. Ou quem sabe por isso mesmo, pois afinal, nesta segunda metade de século, Felipe Gonzalez tem sido justamente o líder político ao qual se costuma atribuir o mais vertiginoso, completo e duradouro sucesso de poder e imagem pública. Uma boa pista, talvez a única, para quem queira antever alguma coisa dos caminhos futuros do governo que agora se inicia, apoiado, aparentemente, por Deus e todo mundo. Um governo cercado de um consenso tão ensurdecador que reduz a conjuntura quase só à figura presidencial e sua ambição mais notória: deixar sua marca pessoal na história brasileira. Para tanto, Fernando Henrique Cardoso obviamente não se conformará com o papel de simples “estabilizador econômico”, igual a qualquer um de seus predecessores latino-americanos, que aliás têm se destacado pela mediocridade intelectual ou pelo "gangsterismo" político. Nesse sentido tem razão, e demonstra até um certo bom gosto, ao querer espelhar-se de preferência no modelo Felipe Gonzalez, com sua eterna jaqueta de couro e seu estilo entre rebelde e bem comportado, presidente do governo espanhol aos quarenta e um anos de idade, ídolo tão logo empossado,

reunindo um passado socialista, avaliado pelo crueza de uma Guerra Civil a um projeto de modernidade que passaria pela reinserção européia da velha Espanha. Nos anos oitenta os novos ídolos passaram a ser invariavelmente *yuppies* e conservadores, figurino vestido, ainda que de forma um pouco tardia, pela maior parte da “equipe econômica” do novo presidente. E nos anos noventa o charme de Praga e de sua revolução de veludo fizeram de Vaclav Havel o líder de um novo *show-case* mundial. Mas nada disso conseguiu ensombrecer a imagem a um só tempo moderna e carismática de Felipe Gonzales, nem o sucesso de *marketing* com que difundiu o “social-liberalismo” espanhol que os tucanos brasileiros assumem explicitamente como seu modelo programático de governo.

Há razões de sobra, portanto, para olhar para a Espanha nesse momento, mais do que para a Argentina ou México. Seja para entender a estratégia pessoal de poder do novo presidente seja, sobretudo, para explorar o perfil de longo prazo desse “maravilhoso mundo novo que ele nos anuncia”.

2. Ninguém desconhece que Felipe Gonzalez ascendeu ao poder com a reorganização da social democracia européia que, nos anos setenta, sob a batuta alemã, redesenhou os partidos socialistas “mediterrâneos”. Mas qual foi a estratégia de poder que lhe trouxe sucesso tão maior e persistente do que o dos seus vizinhos portugueses, italianos e franceses?

Em primeiro lugar, a lucidez com que percebeu e aproveitou-se do vazio deixado, após a Guerra Civil, pelas velhas lideranças socialistas, desde então no exílio e incapazes de contrarestar a hegemonia comunista na frente de resistência ao franquismo. Em segundo lugar, a rapidez com que ocupou e reorganizou, na segunda metade dos anos sessenta, a partir de seu Grupo de Sevilha, o que restava do socialismo espanhol. De maneira tal que, em poucos anos e ainda na ilegalidade, construiu a rede de apoios através da

Espanha que lhe permitiu, no Congresso realizado em 1974, em Suresnes, na França, desfazer-se da velha guarda remanescente da Guerra Civil e assumir a direção do Partido Socialista Operário Espanhol. Em terceiro lugar, a competência com que conseguiu colocar sua pequena organização como ponto de equilíbrio entre os grandes partidos que negociaram a transição democrática consagrada em Moncloa e na Constituição de 1978. Em quarto lugar, a ousadia com que usou sua própria renúncia e recondução à direção partidária, em maio de 1979, para obrigar o PSOE a abandonar o seu velho programa de inspiração marxista, alinhando-se, a partir de então, com a social democracia alemã. Em quinto, a habilidade que demonstrou para aproveitar-se dos conflitos entre a UCV de Adolfo Suárez e o PCE de Santiago Carrillo - os verdadeiros artífices da “ruptura pactada” espanhola - para desfazer-se dos seus aliados de “transição” e surgir, depois do fracassado golpe militar de fevereiro de 1981, como única alternativa capaz de conduzir a Espanha, a partir de sua vitória eleitoral em outubro de 1982, pelo “caminho da modernidade”. Em sexto e último lugar, a sua verdadeira “obra prima”: a forma como ocupou o espaço político-intelectual espanhol, transformando-se, simultaneamente, na solução inevitável para os seus setores empresariais, e na única forma possível de socialismo, para os setores intelectuais. Fenômeno só reconhecido muitos anos mais tarde por Mario Conde, ex-presidente do BANESTO - um dos maiores bancos privados da Espanha - e *yuppie* financeiro máximo da era Gonzalez, ao escrever, recentemente, após cair em desgraça, que quando vêm originariamente da esquerda o grupo de operadores do consenso liberal fica quase impossível encontrar espaço para qualquer outra alternativa intelectual ou política.

Desde 1982, Felipe ganhou sucessivamente quatro mandatos como presidente do governo espanhol, sustentado duas vezes por uma maioria exclusivamente socialista e mais duas outras vezes por uma maioria resultante da sua aliança

com a direita nacionalista vasca e catalã. Nesses doze anos ininterruptos de poder governou apoiado por um verdadeiro rolo compressor parlamentar, majoritário e absolutamente disciplinado, que lhe permitiu aprovação automática de seus projetos e deu-lhe o controle direto ou indireto do Conselho Geral do Poder Judiciário, do Tribunal Constitucional e do Tribunal de Contas, além, evidentemente, do controle incontestado do Conselho de Estado e do Banco de Espanha. Ao mesmo tempo, seguindo uma estratégia de estreitamento progressivo do espaço político da oposição, assumiu o controle da cúpula de quase todas as administrações públicas descentralizadas, num movimento de ocupação institucional avassalador que lhe permitiu, simultaneamente, assegurar o exercício incontestado do poder político espanhol e expandir, através das instituições públicas, a sua organização partidária que passou em dez anos, de cem para trezentos mil militantes. O verdadeiro modelo original do que mais tarde os cientistas sociais consagraram como sendo as “condições políticas ideais da governabilidade”. Condição excepcional de poder que lhe permitiu a Gonzalez ir abandonando, sem maiores custos pessoais, as idéias expostas em seu programa de governo apresentado nas eleições vitoriosas de 1982: uma espécie de neo-keynesianismo que combinava estabilização negociada com reestruturação industrial e crescimento econômico, aumento do emprego e da equidade. O que, talvez, pudéssemos chamar de social-liberalismo em estado teórico.

3. Na prática, entretanto, do ponto de vista de sua política econômica, Gonzales optou desde 1982, por uma linha de caráter rigorosamente ortodoxa, e aos poucos meses de governo, como reconhece o El Pais, jornal de indiscutível simpatia socialista, *“el lenguaje oficial estaba ya mucho más en sintonía con el Fondo Monetario Internacional, o con la OCDE, que con el propio programa del PSOE”* (“El

perfil de una década”, El Pais, 28/10/92). Numa primeira etapa de seu governo, até mais ou menos 1986, esta espécie de esquizofrenia foi racionalizada do ângulo partidário, como uma *“exigencia de las condiciones económicas mundiales; se suponía que era una fase provisional necesaria en primer lugar por las dificultades en que se encontraba en aquellos momentos la economía española y, en segundo lugar, porque dado el grado de internacionalización de la realidad económica, un solo país no podía adoptar posturas muy discrepantes de las políticas instrumentadas por los restantes gobiernos”* (Cuatro Semanas, 2/93).

Mas não foi só nesse ponto que Gonzalez conseguiu contradizer, na prática, seu próprio programa de governo. Três anos depois de jurar que jamais apoiaria a entrada da Espanha na OTAN, convocou e venceu um plebiscito onde defendeu pessoalmente essa solução. Um magistral sucesso de marketing uma vez que sua imagem saiu incólume, graças, de novo, ao uso eficiente do mesmo argumento “realista”: *“solo hay esa alternativa impuesta por las condiciones objetivas.”* O extraordinário é que Gonzalez não logrou convencer apenas o seu PSOE e a opinião pública espanhola de que esta era *“la única política posible”*, conseguiu também, manter a sua excelente imagem internacional e transformar seu governo e sua estratégia econômica, social e política em paradigma para o resto do mundo. O que só foi possível mantendo rigorosamente à sombra do “milagre espanhol”, o que José Borell, atual Ministro de Obras Públicas e Transportes do quarto governo Gonzalez, reconhece como um dado de realidade: *“durante esos doce años los mensajes de ideología liberal del Banco de España han sido más importantes que todos los Congresos del PSOE”*. (El Pais 6/3/94)

4. Mas se a história real foi essa, que lugar ocupou nesse contexto a famosa “pactación social” associada à

Moncloa e transformada em marca registrada do social-liberalismo espanhol? Afinal, desde os anos setenta, a literatura fala das duas estratégias contrapostas de estabilização e ajustamento econômico: a das políticas de renda negociadas ao estilo espanhol e a da imposição pela via da recessão e do desemprego, atribuída, invariavelmente, a Margareth Thatcher.

Os Pactos de Moncloa, assinados em 21 de outubro de 1977, foram absolutamente decisivos, do ponto de vista político, para viabilizar o enraizamento democrático na Espanha. Fazia-se uma primeira experiência de “ruptura concertada” responsável pelo sucesso da Constituinte espanhola de 1978. Porém, sua eficácia econômica foi muito limitada e rapidamente abandonada sem que se tivessem cumprido nenhuma das cláusulas “sociais” do pacto. Mas o mais importante está no fato de que dos seis grandes pactos assinados a partir de Moncloa, (o próprio Moncloa, e mais cinco, que dada a extensão e desimportância - para nossos objetivos - dos nomes completos, permite-nos identificá-los apenas por suas siglas: D.L.Abril, AMI, ANE, AI e AES), apenas dois foram depois da posse de Gonzalez, e um deles, *El Acuerdo Interconfederal (AI, 1983)* não contou com a participação do governo. Resumindo o ponto, durante os doze anos de governo sócio-liberal, só houve de fato um acordo tripartite apoiado pelo governo, o *Acuerdo Economico y Social* assinado em 1985, mas que foi na prática uma resposta emergencial à intensificação dos conflitos sindicais e à ruptura das relações entre o PSOE e sua Central Sindical, a UGT, iniciada em 1984, por divergirem sobre a abrangência que deveria ter a seguridade social espanhola. Na verdade, como reconheceria mais tarde o primeiro ministro de economia de Gonzalez, Miguel Boyer, a política sócio-econômica de Gonzalez “*fue una continuidad de la del gobierno conservador de Calvo Sotelo*”, e teve um único objetivo permanente: “*Controlar la inflacion a cualquier precio. Com los instrumentos de la moderacion salarial, de una*

8 texto para discussão - iei/ufri

politica monetaria restrictiva con altos tipos de interes y con la reducion del deficit publico, fundamentalmente através de la limitacion del gasto” (Cuatro Semanas 2/93).

Mas a realidade foi um pouco pior, Não por acaso a história econômica espanhola já fala, hoje, de dois tempos na trajetória da estabilização espanhola: o tempo “*del ajuste blando*” até 1982 e o “*del ajuste duro*” exatamente a partir daquele ano. As cifras, nesse ponto, falam de forma mais clara e categórica, sem deixar lugar para nenhuma dúvida. O PSOE assumiu o governo em 1982 prometendo 800.000 novos postos de trabalho, e concluiu o seu primeiro mandato em 1986, com mais 740.000 novos desempregados. Enquanto isto, o Conselho Economico e Social, criado pela nova Constituição com vistas à formação de um fórum permanente de negociação corporativa, jamais foi regulamentado, nem naquele momento, nem até 1994.

Em síntese, a estabilização foi uma espécie de objetivo “crônico” de quase toda a era sócio-liberal. O mais importante, contudo, é que a estratégia de ajuste escolhida por Gonzalez não foi, na prática, a da “*concertacion social*” em torno às políticas de renda. Foi, rigorosamente, a da imposição pela via do “rolo compressor” representado por sua maioria absoluta no Parlamento e pior ainda, pela via da promoção ativa do desemprego, o que até hoje continua sendo considerado uma exclusividade da senhora Thatcher.

5. Mas então, em que consistiu e qual a originalidade do “milagre econômico” espanhol? Se tomarmos Moncloa como referência, o milagre econômico espanhol se resume, em termos cronológicos, à soma de doze anos de recessão (1977-85 / 1991-94) e quatro (1986-90) de crescimento. Ou oito e quatro, respectivamente, na era Gonzalez, que teve três ministros de economia com um objetivo comum e hierarquizador de todos os demais: a redução da inflação, ficando a questão

da retomada do crescimento delegada quase exclusivamente ao dinamismo do mercado e dos capitais privados nacionais e internacionais.. Assim, entre 1982 e 1986, a ortodoxia dominante apontava para a desvalorização cambial, altas taxas de juros, arrocho salarial e austeridade fiscal e monetária. E tudo foi feito de forma tão rigorosa que a recessão prolongou-se até 1985, enquanto a inflação cedia lentamente depois de alcançar a casa de um dígito. A entrada da Espanha, em 1986, no Mercado Comum, e em 1989 no Sistema Monetário Europeu reorientou a estratégia político-econômica de Gonzalez em direção à nova ortodoxia global: abertura e desregulação da economia. Medidas que, em combinação com a política de juros altos, já agora destinados a manter o valor da peseta, provocaram uma sobrevalorização cambial, responsável pelo crescente deficit comercial espanhol, financiado com a importação de capitais de curto e longo prazo atraídos pelos juros extremamente elevados com relação à média da Comunidade Econômica Européia. Este quadro de desequilíbrio externo piorou ainda mais com a entrada da Espanha no Sistema Monetário Europeu, o equivalente de nossa dolarização. Por fim, como efeito das decisões tomadas pela CEE, em Maasterich, a Espanha adota, em 1992, um Plano de Convergência que acrescenta à meta permanente da desinflação, nunca alcançada de forma satisfatória, as novas teses ortodoxas: as reformas estruturais do mercado de trabalho e da seguridade social, somadas às medidas de desregulação, liberalização e redução do setor público. Mas no momento em que a Espanha “reajustava” sua ortodoxia pela terceira vez., sua economia já presenciava sua crise atual, uma das mais profundas recessões da história espanhola, obrigando Gonzalez, em 1993, a abandonar temporariamente o SME desvalorizando sua moeda 36,4% em menos de 16 meses. Alguns, entretanto, consideram que a medida chegou tarde e só teve efeitos superficiais. Já agora, em 1994, a dívida pública que vinha crescendo continuamente, apesar da

austeridade fiscal, deverá ultrapassar a casa dos 60% do PIB, prevendo-se um deficit público da ordem dos 7,5% no mesmo ano. E, diante desses mesmos problemas que se põem e repõem desde 1982, a solução proposta por Gonzalez são as nossas conhecidas reformas estruturais do mercado de trabalho e da seguridade social aliadas à medidas ainda mais radicais de desregulação, liberalização e diminuição do setor público, além, evidentemente, do rigor fiscal e monetário e do arrocho salarial que também se mantém, quase invariavelmente, desde 1982.

E o que deixou de positivo o crescimento econômico acelerado vivido pela Espanha entre 1986 e 1990? Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que ele foi obra, sobretudo, do “efeito-entrada” no Mercado Comum e da conseqüente explosão do investimento externo somada à forte diminuição. Entre 1986 e 1990 entraram na Espanha dez bilhões de pesetas, exatamente dez vezes mais do que no quinquênio anterior. Mas, para entender o que se consolidou nesse período não se pode esquecer que 30% desse total foi aplicado na compra de empresas locais; 58% em investimentos de carteira em ações, obrigações e dívida pública em Bolsa e o restante foi destinado, basicamente, à compra de imóveis. Dados que refletem o caráter especulativo que assumiu e manteve uma boa parte desse fluxo de capitais. Esse processo revalorizou os ativos reais e financeiros, aumentou a riqueza pessoal de seus detentores e multiplicou o preço das habitações urbanas, mas pouco alimentou as atividades capazes de gerar um progresso econômico durador e estável. E isso em grande medida porque o social-liberalismo de Gonzales rejeitou terminantemente qualquer tipo de política industrial. Aliás, nesse período foi o país europeu que, depois de Luxemburgo, menos gastou em formação de recursos humanos, algo em torno de 0,08% do PIB, ao mesmo tempo que seu investimento em P & D, não ultrapassava a média de 0,68% taxa só mais alta que a de Portugal. De tal maneira que pode-se afirmar

que foi de fato o mercado que promoveu a mudança estrutural na economia espanhola, mas num sentido oposto ao que anunciara o sócio-liberalismo teórico e ao que permanentemente alardeou o *marketing* político a respeito da “reestruturação industrial” espanhola. Ainda uma vez os números são contundentes e mostram que a Espanha deixou de ser uma economia industrial: durante este período, e aceleradamente, nos anos 80/90, a participação industrial no PIB espanhol caiu de 32,9 para 24,2%, empregando apenas 27% da PEA enquanto a participação dos serviços cresceu de 47 para 63%, empregando hoje cerca de 60% daquela população. E a indústria que restou divide-se, exatamente, como em outras experiências análogas e posteriores, entre um grupo de pequenas e médias empresas responsáveis por cerca de 90% do produto industrial, e um núcleo dinâmico ocupado pelas multinacionais responsáveis pela maior parte das exportações espanholas. Segundo os dados publicados pelo *The Economist*, em outubro de 1994, a Espanha foi o país da OCDE que mais vendeu empresas a estrangeiros no período 1989-1993, pois conforme a economia ia abrindo-se os capitais espanhóis imigraram para o setor dos serviços. Essas mudanças deram maior competitividade internacional à economia espanhola? Aparentemente não, pois segundo o *World Economic Forum*, a Espanha situa-se hoje entre as nações menos competitivas da OCDE.

Na verdade, o mínimo que se pode dizer da obra do governo Gonzalez, com relação à questão da reestruturação produtiva e da competitividade é que *“la economía española tuvo una transformación industrial inacabada, que ha sido desincentivada por el esquema de estímulos económicos que han potenciado la búsqueda de rentas más rápidas y cómodas en el mercado protegido de los servicios o en la especulación con el patrimonio, antes que la producción para los arriesgados y competitivos mercados industriales del mundo”* (C.M.Cidad, *El País*,

1991). O problema que os sócio-liberais não conseguem ver nem enfrentar dentro de sua estratégia, é que é exatamente esse *“esquema de estímulos económicos que han potenciado la búsqueda de rentas más rápidas”*, que vem provocando a desindustrialização da Espanha sem a conquista de uma maior competitividade de sua economia, é parte essencial da estratégia de estabilização que foi adotada, durante estes anos, pelo governo de Gonzalez. Já não há muito segredo nesse círculo vicioso. Mas a Espanha foi pioneira e continua prisioneira, há mais de uma década, dessa “armadilha ortodoxa”. E o que o social-liberalismo espanhol deixa, nesse ponto, como ensinamento para os nossos tucanos, é que nessa estratégia a desinflação não chega jamais a patamares capazes de deter a desindustrialização e a desnacionalização da economia. E que o duplo ajuste microeconômico, com “racionalização” do trabalho, ocorrido nos primeiros anos das décadas de oitenta e noventa foi absolutamente incapaz de dar maior competitividade internacional à uma economia bloqueada pelas altas taxas de juros e pela sobrevalorização cambial.

6. Pois bem, se esse foi o resultado econômico do “socioliberalismo real”, o que se pode dizer de sua face social? Também aqui os dados são eloquentes. Em doze anos de “felipismo” o gasto social do governo subiu de 19,42 para 21,37 % do PIB, um aumento reduzidíssimo e que mantém a Espanha entre as piores posições da OCDE. Com relação à sua distribuição a renda os 10% das famílias mais pobres subiu seu quinhão que era de 2,41% ,em 1980, para 2,85% em 1992 e os 10% de mais alta renda baixaram no mesmo período, de 29,23 % para 28,01%. Em compensação a participação salarial no PIB caiu de 51,2% em 1980 para 46,1% em 1991, e a taxa de desemprego, que girava em torno dos 6% à época de Moncloa, e dos 15% no início do primeiro governo Gonzalez, hoje atinge a cifra astronômica de 24% da PEA adulta, chegando a cifra

inimaginável de 37,9% entre os jovens com menos de 25 anos de idade. Sendo que, com relação aos mais velhos, com idade entre 30 e 54 anos, 800 mil dos 3.4 milhões de desocupados nessa faixa de idade permanecem analfabetos ou possuem escassa formação, o que lhes dá pouquíssima possibilidade de ocupar qualquer dos empregos oferecidos no setor “reestruturado” da economia. Com relação à juventude, as perspectivas são ainda piores, verdadeiramente catastróficas, não sendo de estranhar a disseminação da indiferença e da violência, na forma que o jornalista espanhol Joaquín Estafanía chamou, em artigo recente de “fascismo dulce”. Para completar o retrato social do “milagre espanhol” haveria que lembrar o fato de que a partir de 1992, o Plano Econômico de Convergência, desenhado com vistas ao cumprimento dos acordos de Maasterich, colocou no primeiro plano do debate político espanhol a “desuniversalização” da seguridade social. Nova situação que fez um alto membro do PSOE afirmar recentemente, que “Espana empezó a volver sin nunca haber ido”

7. Por fim, o que dizer de nova democracia espanhola? Que foi sem dúvida a obra maior de Moncloa. Mas com relação às esperanças de um socialismo democrático associadas inicialmente à ascensão de Gonzalez, soam decepcionantes as palavras do escritor espanhol Manuel Vazquez Montalban, de 1993: “*Lo que ha distinguido al felipismo con respecto a otras cosméticas de la socialdemocracia neoliberal, fue su implacabilidad a la hora de destruir referentes culturales de la izquierda y no sólo sus tópicos. Tanto Felipe en persona como sus intelectuales organicos individuales y colectivos han puesto un especial empeño en desacreditar incluso la posibilidad de repensar la funcion del socialismo democrático..*” (Cuatro Semanas, *Le Monde Diplomatique*, 2/93). Além disso, as regras eleitorais e parlamentares, definidas em nome da governabilidade, acabaram permitindo que Gonzalez, através de seu controle majoritário do Congresso, praticamente

eliminasse a separação clássica entre os três poderes. Como resultado, “*la primera institución afectada ha sido el propio Parlamento, dando lugar a lo que a lo largo de esta década se ha venido denunciando como uno de los más graves del sistema político: el alejamiento y la disolución del órgano que representa la soberanía popular del sentir y de las preocupaciones de la calle*”. É isso porque “*la gubernamentalización de la mayoría parlamentaria socialista ha colocado al Parlamento entero en la tesitura de actuar como um apéndice del Gobierno, fruto del seguidismo gubernamental de la mayoría socialista*” (Francisco Gor, *El Pais* 1992).

Nada disto, entretanto, impediu, que também a Espanha entrasse, na década de noventa, no rol dos países comprometidos pelos casos de corrupção que se multiplicam a cada dia no governo de Gonzalez. Com a originalidade apenas de que seus dois principais casos de corrupção tenham envolvido os ocupantes do que se poderia chamar de cargos essenciais de um “estado mínimo”. Um, Luis Roldan, foi diretor geral da Guardia Civil espanhola durante quase toda a gestão de Gonzales. E o outro, Mariano Rubio foi quem durante muitos anos, instalado na Presidência do Banco de Espanha (banco central espanhol), denunciou o que considerava desvios monetários, fiscais ou salariais de um governo, para ele, sempre muito pouco ortodoxo.

8. Mas pelo menos a Espanha não transformou-se, com Gonzalez, na nova capital cultural européia? Não, lamentavelmente não. O “boom cultural” espanhol durou o tempo de preparação de quatro grandes acontecimentos de dimensão mundial: as Olimpíadas de Barcelona, a Feira Industrial de Sevilha, Madrid Capital Cultural da Europa e o Quinto Centenário, todos realizados em 1992 mas com um efeito dinamizador que ocupou toda a segunda metade dos anos oitenta. Depois disso os recursos privados deslocaram-

se para outros lugares e a Espanha voltou ao seu ritmo natural, com seu patrimônio histórico riquíssimo, sua literatura, sua pintura etc. Mas o “grande espetáculo”, com seus concertos, óperas e exposições de vanguarda, acabou. E Jorge Semprun, o Ministro da Cultura escolhido para dar um brilho de esquerda ao governo, voltou para sua casa e hoje dedica-se a escrever e falar sobre a corrupção no PSOE e a traição de Gonzalez a seus ideais reformistas.

9. Num balanço sintético do que foram os fatos e não o *marketing* espanhol, se pode dizer que a trajetória de Gonzalez foi rigorosamente linear: em quinze anos ele caminhou do socialismo para a socialdemocracia e daí para o que poderíamos chamar de “social-liberalismo real”, indistingüível, do ponto de vista de suas políticas e conseqüências do neoliberalismo da senhora Thatcher. Até aqui, do ponto de vista de sua estratégia pessoal de poder, Fernando Henrique Cardoso tem se mostrado um discípulo aplicado e rigoroso de Felipe Gonzalez. Antecipou-se apenas num ponto: desde o início já está aliado com a direita. Caso se mantenha por esse caminho pode prever-se entre outras coisas, por exemplo, que depois de formar sua maioria absoluta no Congresso Nacional, deverá começar, discretamente, sua batalha para estender sua permanência à testa do governo. Como também pode prever-se, com toda segurança, que à imitação de Felipe Gonzalez, procurará cooptar o espaço intelectual seduzindo ou boicotando a formação de núcleos de pensamento crítico e alternativo; e não será um discípulo fiel se não usar as peripécias da política externa para manter sua imagem independente dos percalços de sua política econômica. Nesse ponto, entretanto, seria bom para o país que Fernando Henrique Cardoso conseguisse maquiar um pouco sua visão “felipista” do mundo. Caso contrário, na hora em que deixar o governo e consultar então seu próprio espelho, é bem provável que se depare não com a imagem “invertida” de um novo Vargas,

como gostaria, mas apenas com uma caricatura do argentino Martinez de Hoz.

** Os dados sócio-econômicos contidos nesse artigo, foram reunidos por Lucas Grassi, economista do IRELA, Instituto de Relaciones Europeo-Latinoamericanas sediado em Madrid.

Últimos textos publicados

324. FIORI, Jose Luís. Sobre o consenso de Washington. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (39 pág.)
323. SABOIA, João. Mercado de trabalho metropolitano no Brasil: diferenciação, evolução e perspectivas. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (31pág.)
322. CARVALHO, Fernando José Cardim de. Explorations into the concept of liquidity preference. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (44 pág.)
321. STUDART, Rogério. The efficiency of the financial system to development. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (22 pág.)
320. GONÇALVES, Reinaldo. Transformações globais, empresas transnacionais e competitividade do Brasil. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1995. (44 pág.)
319. CARVALHO, Fernando José Cardim de. Sorting the issues out: the two debates (1936/37, 1983/86) on Keyne's finance motive revisted. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (32 pág.)
318. CARVALHO, Fernando José Cardim de. Independence of central banks: a critical assessment of the arguments. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (14 pág.)
317. GUIMARÃES, Eduardo Augusto. Indicadores do desempenho econômico das instituições privadas de ensino. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (22 pág.)
316. VASCONCELOS, Luiz Leite de. Primórdios do comércio de pau-brasil. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (41 pág.)
315. MACHADO, João Bosco. GATT 1994: Uma avaliação dos principais acordos e dos impactos sobre a política comercial brasileira. IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1994. (43 pág.)